

Processos devem acabar em abril

Os parlamentares da CPI calculam que o processo final de cassação dos deputados e senadores envolvidos na máfia do Orçamento só deve ser concluído em abril. O motivo principal da demora será o prazo que será concedido à defesa. Segundo o senador Élcio Álvares (PFL-ES), só a defesa tem um mês para apresentar provas, solicitar perícias e determinar a apresentação de testemunhas.

— "Sem dúvida, o processo não se esgotará no início de janeiro com a conclusão dos trabalhos da CPI" —, afirmou o senador.

No caso do Senado, o processo vai primeiro para a Mesa e depois é encaminhado à Comissão de Justiça, responsável para dar início aos trâmites. De lá, os documentos seguem novamente para a Mesa do Senado, que cria uma comissão de nove senadores, encarregada de emitir parecer e estabelecer os prazos de defesa: 15 dias, prorrogáveis por mais 15. A partir daí, então,

o processo é encaminhado para o plenário.

Segundo o deputado Sigmarinha Seixas (PSDB-DF), o trâmite do processo na Câmara também é lento. Cada deputado terá que ser ouvido separadamente, também com prazos semelhantes aos do Senado para a apresentação de defesa. Em plenário, o andamento do processo também é lento. Levando-se em conta que haverá uma sessão para a cassação de cada deputado, o senador calcula que o processo deve levar cerca de dois meses.

Ontem os senadores Élcio Álvares, Garibaldi Alves (PMDB-RN), e os deputados Nelson Trad (PTB-MS), Sigmarinha Seixas e Paulo Bernardo (PT-PR), reuniram-se no Senado para analisar a proposta de mudar o regimento para adotar um procedimento similar ao da cassação do ex-presidente Fernando Collor. A idéia é aprovar novas regras que viabilizem o afastamento do deputado indiciado logo após a abertura formal do processo de cassação.